



DOZE ANOS DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA  
NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: O QUE AINDA PRECISA MUDAR?

Maria Luzinete Dantas Lima\*

O presente artigo tem por objetivo abrir uma discussão a respeito da aplicabilidade da Lei Federal 10.639/03, promulgada há doze anos, que tornou obrigatório o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e particulares do país. O trabalho é baseado em pesquisa documental e bibliográfica, e em relatos de experiências de intervenções pedagógicas, vivenciados em salas de aulas do Ensino Fundamental, séries finais, do Centro de Educação Rural Alfredo Mesquita Filho, localizado na comunidade rural de Traíras, no município de Macaíba, Rio Grande do Norte.

Palavras-chaves: Lei 10.639/03. História. Diversidade.

## INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2015 completou doze anos a promulgação da Lei Federal 10.639/03 que estabelece diretrizes para incluir no currículo oficial de ensino do país, em todas as séries do ensino básico, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Em 2008 a lei foi modificada, surgindo uma nova Lei, a 11.645/08, que assegura, além dos conteúdos relativos a história da África e dos africanos no Brasil, o estudo da temática indígena. Ambas alteram a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.<sup>1</sup>

Razões para estudarmos a África e a trajetória dos africanos no Brasil é o que não falta. Até 2003 quase nada se ensinava sobre a história da África. Poucos eram os especialistas que se dedicavam a esse estudo. Os centros de pesquisas a ele dedicados

---

\* Licenciada em História pela Universidade Potiguar, Rio Grande do Norte. Professora lotada na Secretaria Municipal de Educação de Macaíba, desenvolvendo atividades docentes no Centro de Educação Rural Alfredo Mesquita Filho, Distrito de Traíras, Macaíba, RN. Atualmente é aluna do Curso de Especialização UNIAFRO, oferecido pela UFERSA, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, RN  
luzinetedantas@uol.com.br / marialuzinete.dantaslima584@gmail.com

podiam ser contados nos dedos. A grande maioria das instituições de ensino superior, incluindo as Licenciaturas em História, não possuíam disciplinas deste campo em seus currículos. Predominava a visão de uma história linear com foco na evolução das sociedades europeias ocidentais. A historiografia brasileira, que nos últimos anos vem se esforçando para rever o papel do negro em nossa sociedade, ainda não compreende que conhecendo a África é possível também conhecer melhor o Brasil. Como podemos, por exemplo, estudar as revoltas escravas do século XIX sem conhecer as disputas entre os reinos da África Ocidental?<sup>2</sup> Como compreender a formação dos quilombos no Brasil sem conhecer as lutas ocorridas na região do Congo e de Angola nos tempos da rainha Nzinga? Por isso afirmamos que é estudando a África e sua rica e variada cultura que entenderemos melhor a nossa própria história.

#### A PRESENÇA AFRICANA NO BRASIL

Mesmo antes de instituída a lei 10.639/03, órgãos ligados ao Movimento Negro Brasileiro já discutiam meios de modificar o ensino da história e cultura dos povos afrodescendentes, pois até então o máximo que sabíamos sobre a trajetória dos negros africanos em nosso país era a escravidão a qual foram submetidos, relatada nos livros didáticos de forma superficial. Os manuais didáticos apresentavam um contingente de pessoas que haviam sido traficadas para trabalhar como escravas nos engenhos de açúcar e nas lavouras de café. Porém isso é apenas uma parte da realidade. Os africanos escravizados participaram de todas as atividades produtivas, como mostra os resultados de estudos realizados por Alberto da Costa e Silva<sup>3</sup>:

*A vinda, em números crescentes, de escravaria africana, propiciaria o surgimento e a prosperidade da indústria açucareira, das plantações de fumo e de algodão e das grandes lavouras de café, assim como permitiria que se expandissem a pecuária e o extrativismo mineral, dois ramos de atividades em que os africanos foram mestres de quase todos os outros povoadores, pois transplantaram para o Brasil experiências de trabalho em área de geografia semelhante e conhecimentos técnicos ignorados por seus senhores. (SILVA, 2003: 21).*

As plantações e os engenhos, a pecuária, os transportes, a mineração, o comércio no interior e nas cidades, em todas as atividades a escravidão africana esteve presente. Os impactos para a formação da sociedade brasileira são sentidos até hoje. O racismo, a exploração e a miséria que a maioria dos afrodescendentes estiveram submetidos ao longo do tempo são reflexos direto dessa longa trajetória de opressão.

Os africanos e seus descendentes não foram somente vítimas passivas do sistema escravocrata. Apesar de tratados como coisas ou seres inferiores e incapazes, eles nunca perderam a condição de sujeitos portadores de identidades, culturas e saberes. Os traficantes, ao transportar suas “peças” estavam transportando também crenças, valores e costumes.

Foram os africanos os responsáveis pela criação de riquezas econômicas e por inovações tecnológicas, como a introdução de técnicas inseridas na pecuária e no extrativismo mineral, até então ignoradas pelos senhores. Mas seu papel não se restringiu apenas ao campo econômico, eles foram criadores de riquezas sociais, políticas e ideológicas da cultura brasileira. Sua influência nas artes, na culinária e no campo da religiosidade são também conhecidas, apesar de ainda sofrer discriminações.

O objetivo da Lei 10.639/03 é justamente corrigir a ausência de conteúdos significativos sobre a história da África e dos africanos nas unidades escolares oficiais e particulares, nos níveis de ensino fundamental e médio das escolas brasileiras. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ressaltam que:

*Não se trata de mudar o foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por outro africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, e dos descendentes asiáticos, além da raiz africana e europeia. (DIRETRIZES CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, 2004, p. 17)*

Vale mencionar que foi somente com a promulgação da Lei 10.639/03 que se passou a estudar aspectos positivos da história e cultura africana e surgiu a necessidade de implementar políticas públicas para ampliar os conhecimentos dos docentes. No entanto devemos questionar até que ponto a criação dessas leis e sua implementação nas escolas tem realmente o apoio das políticas educacionais que regulamentam a educação no Brasil.

#### ALGUMAS DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03

Apesar de já existir há mais de doze anos, os artigos inseridos à Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, propostos pela Lei 10.639/03<sup>4</sup> ainda não foram totalmente

assimilados. Algumas dificuldades ainda são sentidas. De acordo com artigo publicado na página virtual do projeto “A cor da Cultura”<sup>5</sup> são muitas as dificuldades para a plena implementação da lei 10.639/03 e 11.645/08, dentre as quais destaca o sucateamento do ensino público, onde se encontra a maior parte dos professores politicamente engajados, que priorizam nas suas agendas outras questões consideradas mais urgentes, como a falta de condições de trabalho, defasagem salarial, falta de material de apoio, violência, falta de estrutura física das escolas entre outras. Nesse contexto, as discussões a respeito da aplicabilidade da lei 10.639/03 e 11.645/08 fica de fora, se restringindo a poucos projetos, trabalhados quase sempre isoladamente por pequenos grupos de professores.

Comprovamos a ausência de formação continuada dos professores, pois os cursos de formação, quando acontecem, não atingem toda a demanda e não há continuidade; algumas escolas alegam falta de conhecimento da “nova legislação”, embora inclusa no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação desde 2003. Também observamos a desvalorização da importância da Lei por parte dos municípios brasileiros, que mesmo conhecendo a existência da legislação a ignora, alegando outras prioridades.

Há também a falta de estudo do continente africano nos próprios cursos universitários de formação de professores, onde se prioriza os continentes europeu e americano. Algumas universidades afirmam que a lei é muito recente por isso ainda não foi possível adequar as grades curriculares. É um discurso no mínimo passível de uma melhor reflexão, porque a África e a população negra fazem parte de nossa história desde o século XVI e muitas academias ignoram o fato até hoje.

Existe ainda os que afirmam a inexistência de material pedagógico adequado, o que não é verdade, pois existem excelentes publicações nacionais e internacionais que poderiam ser utilizadas para aprofundamento, tanto por estudantes universitários quanto por professores do ensino fundamental e médio. Lembrando também que muitas obras se encontram em domínio público, o que facilita o acesso e utilização.<sup>6</sup>

#### RELATO DE EXPERIÊNCIAS COM A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03

Minha atenção especial à História da África e dos africanos no Brasil iniciou em 2005, quando realizei minha primeira capacitação sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, oferecida pelo Ministério da Educação em parceria com a Ágere Cooperação



em Advocacy, através do sistema de Educação à Distância. O curso foi fundamental pois despertou em mim a necessidade de busca permanente por novos estudos que pudessem me proporcionar mais conhecimentos sobre a história da África e dos afrodescendentes. O resultado foi a realização de alguns projetos interdisciplinares realizados no Centro de Educação Rural Alfredo Mesquita Filho, escola pública municipal localizada no Distrito de Traíras, Macaíba, RN, distante vinte e cinco quilômetros da sede.

EXPERIÊNCIAS POSITIVAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03, NO CENTRO DE EDUC. RURAL ALFREDO MESQUITA FILHO, A PARTIR DE 2005

### PROJETO IGUALDADE RACIAL: UMA QUESTÃO DE JUSTIÇA



Aula de Campo: visita a uma Casa de produção de Farinha de mandioca na comunidade Quilombola de Capoeiras. Maio de 2006



Cartaz apresentado na Feira da Cultura em novembro de 2006

Em setembro de 2005 iniciamos o projeto interdisciplinar “Igualdade racial: uma questão de justiça” envolvendo os professores das disciplinas de Artes, História, Geografia e Língua Portuguesa, e vinte e cinco estudantes do Ensino Médio e Fundamental II. A nossa proposta incluía: compreender as dificuldades sofridas pelos africanos e seus descendentes após a abolição, que mudou a condição jurídica do negro, mas não sua condição social e econômica; conhecer o texto do Estatuto da Igualdade Racial<sup>7</sup>, ainda em tramitação naquele ano e nos anos seguintes; conhecer, debater e divulgar a versão em literatura de cordel do Estatuto da Igualdade Racial organizada pela professora Luzinete Dantas; debater conceitos e valores como respeito, convivência, interação, aceitação e liberdade; conhecer e discutir alguns termos utilizados na luta contra o racismo e discriminação: Ações afirmativas, Apartheid, Cotas, Discriminação Racial, Diversidade, mestiçagem, Raça, Preconceito, Racismo, entre outros. No ano seguinte propomos aos estudantes continuar os debates durante as aulas e partilhar os

conhecimentos adquiridos com os demais colegas. O projeto continuou até 2007, mas o trabalho para o fortalecimento da valorização da igualdade racial permaneceu.

Em abril de 2008 iniciamos o trabalho com o projeto interdisciplinar “Dança do Pau Furado<sup>8</sup> da Comunidade de Capoeiras, divulgar para preservar”, com alunos de 5ª e 6ª séries. A dança, realizada em círculo, tem como movimento característico a umbigada<sup>9</sup>, que serve para realizar a troca dos dançantes no centro da roda. Os alunos inseridos no projeto realizaram um trabalho de pesquisa para investigar entre os mais velhos da comunidade de Capoeiras a origem da dança. Descobriram em suas pesquisas que o início se perdeu no tempo, pois os adultos entrevistados afirmaram desconhecer a data com precisão, sabem apenas que a brincadeira existe na comunidade há mais de um século e que o nome pau furado é uma referência ao tambor utilizado pelos brincantes. Usa-se também nas apresentações dos adultos de Capoeiras a produção de uma fogueira, utilizada simbolicamente para aquecer os tambores.

### A DANÇA DO PAU FURADO



Animando a dança



Ensinando a dança do Pau Furado

O projeto envolveu diretamente um grupo de 25 alunos do 6º ao 8º ano do turno matutino, além de professores e coordenação pedagógica dos turnos matutino, vespertino e noturno. O trabalho visava resgatar e divulgar a dança do pau furado, antiga tradição cultural da comunidade quilombola de Capoeiras; contribuir para o processo de amadurecimento cultural, despertando nas crianças e adolescentes o desejo de assumir sua própria identidade; revelar talentos para trabalhar na divulgação dessa expressão cultural e envolver professores, que junto aos alunos atuavam como agentes

estimuladores na preservação e divulgação dessa cultura. O projeto permaneceu até 2010, quando os estudantes de Capoeiras foram transferidos para estudar em uma comunidade vizinha a partir do ano seguinte;

Uma outra atividade importante foi a realização do I Seminário de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ocorrido de 12 a 14 de novembro de 2008, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação de Macaíba. O evento envolveu todas as escolas da Rede Municipal de Ensino e contou com palestras, relatos de experiências, mesas redondas, apresentações culturais organizadas pelas escolas e exibição de vídeos e documentários que foram debatidos com os estudantes. Apesar do sucesso do evento a experiência não se repetiu.

Nos anos seguintes continuei/ continuo até então, dando atenção especial à história da África e dos afrodescendentes em todas as séries do Ensino Fundamental nas quais atuo, fundamentada no livro didático do aluno, que vem mudando a abordagem sobre a temática africana; em livros paradidáticos, revistas, cordéis, vídeos, músicas, páginas virtuais e demais matérias aos quais tenho acesso. Minha última experiência ocorreu em maio de 2015, quanto em parceria com o professor de Arte realizamos um trabalho com o conto “Negrinha”, de Monteiro Lobato.

#### NEGRINHA: UM CONTO DE MONTEIRO LOBATO

Monteiro Lobato foi um importante nome da literatura brasileira. Nasceu em Taubaté, São Paulo, em 18 abril de 1882 e faleceu em São Paulo em 4 de julho de 1948. Sua família possuía bens por isso, desde cedo, pôde dedicar-se aos estudos. No início da carreira literária sua obra é destinada a adultos, onde procura discutir a questão de algumas cidades decadentes localizadas no Vale do Paraíba. São desse período os livros *Urupês* (1918) e *Cidades Mortas* (1919), que o consagraram desde o princípio.

O conto *Negrinha*<sup>10</sup>, publicado em 1920, é ambientado no período pós-abolição e primeiros anos da República, fase marcada pelo autoritarismo, intransigência e preconceito racial, pois mesmo depois da Abolição e Proclamação da República, pouca coisa havia mudado para a população negra e seus descendentes, que enfrentaram problemas provocados pelo abandono social e falta de incentivos governamentais para inserção no mercado de trabalho<sup>11</sup>.

No conto narrado por Lobato, a personagem principal, Negrinha, é filha de uma ex-escrava que continuou prestando serviços à antiga proprietária. Com a morte prematura dessa escrava, a menina passa a ser criada por Dona Inácia, essa rica senhora acostumada ao antigo regime escravocrata, abolido desde 13 de maio de 1888, mas ignorado por essa cruel senhora. Alguns críticos consideram essa obra de Lobato preconceituosa desde o título, pois nota-se, pela utilização do sufixo “inha”, um tratamento discriminatório dado à personagem principal do conto. Outros críticos entendem que Lobato aponta a triste situação do negro no Brasil no período pós-abolição, pois apesar de oficialmente abolida a escravidão o preconceito e os maus tratos aos negros continuavam ocorrendo.

## O ENREDO

Negrinha era uma pobre menina órfã de sete anos de idade, que não tinha os direitos que hoje são garantidos às crianças, como brincar, estudar e alimentar-se dignamente. Além do mais era maltratada por Dona Inácia, ex-dona de escravos, *“gorda, rica, amimada dos padres, com lugar certo na Igreja e camarote de luxo reservado no céu*. Nessa passagem, segundos estudos analíticos, percebe-se a ironia do narrador ao referir-se a personagem D. Inácia, que apesar de citada ironicamente como religiosa e bondosa, trata com crueldade uma pequena criança por puro preconceito e instinto de crueldade. No conto, D. Inácia pratica tanto torturas físicas quanto psicológicas contra a menina. Bate nela sem motivos ou por ela chorar devido a fome, frio ou falta da mãe, pois tinha apenas 4 anos quando a perdeu. Além disso, se refere à criança através de apelido pejorativos como “diabo”, “peste”, “lixo”, “coisa ruim”, “bubônica” e não permite que a menina brinque. Numa certa ocasião chega a colocar um ovo retirado da água fervente na boca da menina, como forma de castiga-la por haver “destratado” uma empregada, chamando-a de “peste”, porque a mesma lhe havia furtado um pedaço de carne do prato.

Em meio a tantas torturas e sofrimentos, Negrinha vai provar o gosto de ser criança quando as duas sobrinhas de Dona Inácia, pequeninas como ela, vem passar as férias com a tia. Pela primeira vez na vida a pobre criança vê brinquedos e dentre estes uma boneca pela qual se encanta por achar parecida com uma linda criança branca, loira e de olhos



azuis. Inexplicavelmente D. Inácia permite que ela brinque com as sobrinhas, que admiradas com a ingenuidade da menina negra, a inclui em suas brincadeiras. Quando as férias terminam e “os anjos loiros” voltam para sua casa Negrinha continua presa ao estado de êxtase, pois conforme o tempo passava se aprofundava cada vez mais na depressão. No entanto, seus últimos suspiros foram de felicidade. Morreu sonhando com um paraíso de anjos e bonecas, todas loiras de olhos azuis.

### O TRABALHO COM O CONTO NEGRINHA

O texto foi apresentado, lido e comentado por todos os alunos do Centro de Educação Rural Alfredo Mesquita Filho, do 7º ao 9º ano. Cinco estudantes, quatro meninas e um menino, apoiados e incentivados por mim e pelo professor de Arte, resolveram apresentar o conto em forma de teatro de mamulengo<sup>12</sup> na Segunda Semana Literária de Macaíba, RN, ocorrida nos dias 27, 28 e 29 de maio de 2015. Durante a produção do texto teatral ideias foram surgindo. As alunas sugeriram introduzir músicas acompanhadas por violão e baixo. Rebeca, uma das alunas envolvida no trabalho, acompanhou as canções no violão, além de encenar com os bonecos<sup>13</sup>, e o aluno Jefte acompanhou as canções no baixo. De acordo com o entendimento desses estudantes, o objetivo era dar mais vida e sentido à história. A apresentação inicia com Negrinha cantando tristemente “Se essa rua fosse minha”<sup>14</sup> A escolha da canção, segundo os estudantes, é o estado de tristeza, solidão e falta de amor que rodeava a criança. Na sequência surge Dona Inácia em diálogo breve com a menina, seguida pelo episódio do ovo quente e do diálogo com o padre. Por fim chegam as sobrinhas da malvada senhora, que inexplicavelmente permite que Negrinha brinque com as referidas sobrinhas. Nessa cena a canção inserida é “Alecrim dourado”<sup>15</sup>. No entendimento dos alunos a música representa a alegria do momento e o local onde a menina negra estava ambientada. Na última cena, quando as sobrinhas de D. Inácia partem e Negrinha entra em depressão, a canção escolhida é “O cravo brigou com a rosa”<sup>16</sup>. A música, segundo os alunos, representaria o momento de tristeza vivido por Negrinha que ficou, literalmente, “despedaçada”.



Grupo que apresentou o teatro



Apresentação do conto Negrinha

Os estudantes questionaram o final da história, sugerindo a volta de todos os personagens cantando animadamente. Para esse momento escolheram o reggae “Árvore”<sup>17</sup>, de Edson Gomes, um cantor de reggae baiano considerado por alguns o maior destaque brasileiro do gênero. Segundo os estudantes essa seria a forma ideal de homenagear a cultura afro-brasileira. Questionados sobre a morte da personagem principal no final do conto concluíram que “Negrinha, a infeliz criança, por ser tão maltratada preferiu morrer que continuar a vida sem sonhos, brincadeiras e fantasias”.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de mais de doze anos de implementação, a Lei 10.639/03 ainda não foi plenamente incluída nos Currículos e Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, pois muitas ainda a ignoram, por desconhecimento, falta de interesse ou por achar que não se faz necessário tal abordagem. Há também ausência de cursos de formação continuada para professores e uma revisão nos currículos de algumas licenciaturas, especialmente os cursos de História, Artes, Letras, Geografia e Pedagogia oferecidos pelas Universidades, que deveriam incluir nas suas grades curriculares disciplinas que abordem a história da África e dos africanos no Brasil.

Diante dessa realidade ainda temos um longo caminho a percorrer, especialmente com relação à desmitificação do continente africano, que precisa ser melhor estudado, por possuir uma vasta e complexa história, de fundamental importância para a compreensão da trajetória da humanidade.

É necessário ressaltar que a sociedade brasileira traz consigo, de forma muitas vezes velada, os anacronismos maléficos do racismo, que tem provocado disparidades

sociais nos quais os indicadores sociais de níveis mais baixos têm sido legados aos negros, quando comparados aos brancos. Também é preciso reconhecer que o modelo econômico e social existente tem sido injusto com as populações menos favorecidas economicamente, e que entre esses excluídos da vida social encontra-se grande parte de descendentes de africanos que desembarcaram aqui como escravizados.

Vale também lembrar que os negros escravizados no Brasil sempre estiveram à margem da educação institucionalizada, por imposição de decretos e leis governamentais, que os impedia de frequentar as escolas ou dificultava bastante sua inclusão:

*O decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos e negros dependia da disponibilidade de professores. O decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares. DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS, 2004, p. 7.*

Por todas essas questões defendemos a aplicabilidade da Lei 10.639/03, por acreditar que ela pode estabelecer novas possibilidades de reflexões que ajudem a afastar do ambiente escolar as desigualdades, exclusões, racismos e toda e qualquer forma de preconceitos. A escola, através de seus agentes, precisa estudar e descobrir outros marcos que mostrem diferentes histórias da África e dos africanos no Brasil, procurando distanciar-se das limitações que nos foram legadas e até mesmo impostas. Não se trata de ensinar por ensinar, mas de desconstruir ideologias racistas preconceituosas.

Apesar dos avanços conquistados, ainda encontramos em alguns livros didáticos, o povo africano em condições isoladas, inferiorizada ou de submissão, contribuindo para a construção de imagens distorcidas no imaginário dos alunos. Com isso, conhecimentos e informações importantes sobre a história do povo africano e de nossa própria história são ignorados, desrespeitando-se assim as origens das populações negras e mestiças.

A proposta de educação étnico-racial estabelecida pela Lei Federal 10.639/03, busca apresentar e investigar uma história que não foi contada, e quando estudada, foi vista de forma distorcida. É necessário reconhecer o verdadeiro valor do povo africano que aqui viveu ajudando a construir essa nação.

Por fim deve-se destacar a imprescindível participação dos movimentos sociais dos negros, engajados na luta pela inserção e viabilização da Lei 10.639/03. Segundo estudos realizados pelo Sindicato dos Professores de Brasília sobre a Obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras, Educação das Relações Étnico-Raciais e os Conselhos de Educação:

*Cumprir a Lei é, pois, responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula. Exige-se, assim, um comprometimento solidário dos vários elos do sistema de ensino brasileiro, tendo como ponto de partida o presente parecer, que junto com outras diretrizes e pareceres e resoluções, têm o papel articulador e coordenador da organização da educação nacional. (Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena: discutindo e implementando políticas de igualdade racial e social. Sindicato dos professores no Distrito Federal. Secretaria para assuntos de Raça e Sexualidade. Brasília, DF: Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 6, 2008, p. 42).*

## NOTAS

---

<sup>1</sup> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, normatiza a base comum na Educação Básica ou Ensino Fundamental e Médio, que inclui crianças e jovens dos 6 aos 14 anos, matriculados nas redes pública e particular de ensino.

<sup>2</sup> Veja: SILVA, Alberto da Costa e. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. 3. Ed. Revista e ampliada: Rio de Janeiro, 2006. 940 p; MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007, p. 15-95; Alencastro, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 44-116.

<sup>3</sup> SILVA, Alberto da Costa. Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003, p. 21.

<sup>4</sup> **Art. 1º** - A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos. 26-A e 79-B: "**Art. 26-A** – nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e Literatura e História do Brasil. **Art. 79-B.** O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra." **Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 9 de janeiro de 2003.

<sup>5</sup> <http://www.acordacultura.org.br>, "Um breve balanço dos dez anos da Lei 10.639/03", artigo assinado por Dennis de Oliveira.



<sup>6</sup> Disponibilizada em domínio público, em PDF e traduzida também para a língua portuguesa, a coleção **História Geral da África**, composta por oito volumes, é um importante projeto editorial da UNESCO, que torna conhecido o patrimônio histórico e cultural da África, permitindo a compreensão do desenvolvimento histórico dos povos africanos e sua relação com outras civilizações a partir de uma visão panorâmica, diacrônica e objetiva, obtida dentro do continente. A coleção foi produzida por mais de 350 especialistas das mais variadas áreas do conhecimento, sob a direção de um Comitê Científico Internacional formado por 39 intelectuais, dois quais dois terços eram africanos. Uma outra coleção interessante é **“Percepção da diferença”**, composta por dez livros e adequada para alunos e professores do Ensino Fundamental. Pode ser acessada em: [copirseduc.blogspot.com/2012/11/coleção-percepcao-da-diferença.html](http://copirseduc.blogspot.com/2012/11/coleção-percepcao-da-diferença.html).

<sup>7</sup> O Estatuto da Igualdade Racial foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 20 de julho de 2010. O documento havia sido aprovado pelo Senado no dia 16 de julho do referido ano.

<sup>8</sup> Pau furado, Zambê ou Bambelô é um estilo de coco cantado e acompanhado por instrumentos de percussão denominado pau furado, chama e ganzá. É uma dança circular de formação mista, onde há destaque para um ou dois dançarinos que se movimentam no centro da roda

<sup>9</sup> Sobre a umbigada veja CASCUDO, Luís da Câmara. *Made In África*: 4ª ed., São Paulo: Global, 2002, p. 130-141.

<sup>10</sup> LOBATO, Monteiro. *Negrinha*. Bauru: Edusc, 2000. 25 p.

<sup>11</sup> Após a abolição da escravidão, os negros africanos e seus descendentes tiveram de enfrentar o problema do ingresso no mercado de trabalho livre. Nessa época o governo republicano (representante dos interesses dos grandes cafeicultores) promoveu uma campanha de branqueamento da população, visando a europeização do Brasil e a eliminação da herança biológica e cultural africana. (...) A mesma situação se repetia nas cidades. Aí os negros eram subempregados em atividades domésticas, no transporte, na limpeza, no carregamento de cargas e na venda de jornais. A exclusão racial não aconteceu apenas no âmbito do trabalho. Pode se notar também que os negros foram excluídos geograficamente. Por conta de sua precária condição financeira, eles foram obrigados a residir nas regiões periféricas das cidades, habitando cortiços e pequenas casinhas de aluguel nos bairros afastados do centro paulistano e favelas que surgiram no morro carioca. **MATTOS, Regiane Augusto de. História e Cultura Afro-Brasileira. São Paulo: Contexto, 2007, p. 186-87.**

<sup>12</sup> Mamulengo é um tipo de teatro de bonecos, conduzido com as mãos, atrás de um pano colorido onde se escondem os manipuladores. A origem da palavra mamulengo se perde na história e não é comprovada sua aparição em documentos, mas através das tradições orais populares. Uma das versões mais comum é de que mamulengo se origina de “mão-molenga”, porque o mamulengueiro (pessoa que manipula os bonecos escondida atrás da empanada), tem que possuir grande habilidade manual para trabalhar com os bonecos. O teatro de mamulengo faz parte da cultura popular nordestina desde a época colonial, retratando histórias de forma cômica.

<sup>13</sup> Sobre o “Brinquedo de João Redondo”, ou teatro de bonecos, veja GURGEL, Deífilo. *Espaço e tempo do folclore potiguar*: 2. Ed. Natal (RN): Offset Gráfica e Editora Ltda, 2007, p. 139-148.

<sup>14</sup> Se essa rua, se essa rua fosse minha, eu mandava, eu mandava ladrilhar, com pedrinhas, com pedrinhas de brilhante, para o meu, para o meu amor passar. Nessa rua, nessa rua tem um bosque, que se chama, que se chama solidão, dentro dele, dentro dele mora um anjo, que roubou, que roubou meu coração. Se eu roubei, se eu roubei seu coração, tu roubaste, tu roubaste o meu também, se eu roubei, se eu roubei teu coração, é porque, é porque te quero bem.

---

<sup>15</sup> Alecrim, alecrim dourado que nasceu no campo sem ser semeado, foi meu amor que me disse assim que a flor do campo é o alecrim. Alecrim, alecrim miúdo que nasceu no campo perfumando tudo. Foi meu amor, que me disse assim que a flor do campo é o alecrim

<sup>16</sup> O cravo brigou com a rosa, debaixo de uma sacada, o cravo saiu ferido, e a rosa despedaçada. O cravo ficou doente, a rosa foi visitar, o cravo teve um desmaio, a rosa pôs-se a chorar.

<sup>17</sup> Ando sobre a Terra, E vivo sob o sol, E as, e as minhas raízes, Eu balanço, eu balanço. Vem me regar mãe, vem me regar, Yeah, vem me regar. Todo santo dia, pois todo dia é santo, e eu sou uma árvore bonita, Que precisa ter os seus cuidados. Me regar mãe, vem me regar oh, oh, oh.